

Clóvis Moura e a representação racial brasileira

Rodrigo de Araujo Merida Sanches¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar como o mito da democracia racial atua como um mecanismo ideológico essencial para a reprodução e ocultação do racismo no capitalismo dependente brasileiro. Para isso, o estudo se concentra na análise do sistema de representações raciais brasileiro à luz da crítica da ideologia e da sociologia radical de Clóvis Moura. A pesquisa examina a construção e a funcionalidade do mito da democracia racial - fundado a partir do conceito freyreano de “equilíbrio de antagonismos” - como um instrumento central que articula a ocultação da exploração do trabalho e das hierarquias raciais que estruturam a sociedade brasileira. Demonstra-se como essa representação ideológica se materializa em práticas concretas de exclusão, nomeadas por Moura como “sistema de barragens”, que perpetuam a marginalização e a superexploração da população negra. Concluímos que o racismo no Brasil é uma engrenagem vital no modo de produção capitalista e que, ao dividir a classe trabalhadora e manter uma reserva de mão de obra barata, a representação racial é um mecanismo necessário para a reprodução do capitalismo dependente e para a gestão das taxas de lucro da burguesia nacional e transnacional.

Palavras chave: Representação. Ideologia. Racismo.

Abstract: The objective of this study is to analyze how the myth of racial democracy functions as an essential ideological mechanism for the reproduction and concealment of racism within Brazilian dependent capitalism. To this end, the research focuses on examining the Brazilian system of racial representations through the lens of Clóvis Moura's critique of ideology and radical sociology. The study explores the construction and functionality of the myth of racial democracy—groun-

¹ Mestre em Ciências (com ênfase em Mudança Social e Participação Política) no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política também pela EACH/USP.

ded in Gilberto Freyre's concept of "balance of antagonisms" —as an instrument that conceals labor exploitation and racial hierarchies. It demonstrates how this ideological representation materializes in concrete practices of exclusion, identified by Moura as the "barragens system," which perpetuate the marginalization and overexploitation of the Black population. The analysis concludes that racism in Brazil is a vital component of the capitalist mode of production and that, by dividing the working class and maintaining a reserve of cheap labor, racial representation operates as a necessary mechanism for the reproduction of dependent capitalism and the management of profit rates for both national and transnational bourgeoisies.

Keywords: Representation. Ideology. Racism.

1. Introdução

Nos momentos de crise no Brasil, a burguesia organiza os setores reacionários para defender seu projeto político e econômico. A partir dessas mobilizações, ela busca radicalizar o entendimento liberal de mercado, economia e sociedade, combinando fatores específicos da formação social brasileira. Esses agrupamentos reacionários, que sempre influenciaram a vida nacional, associam-se a uma ideologia racial própria do capitalismo dependente brasileiro (MARINI, 2000). Esse conjunto simbólico, que denominamos sistema de representações raciais, constitui o principal objeto deste estudo.

As teses raciais que emergiram no pós-abolição, e que culminaram na ideologia do mito da democracia racial, não se iniciaram com Gilberto Freyre, mas se apoiaram em um conjunto de interpretações prévias, já presentes na literatura e no discurso do abolicionismo institucionalizado. Essas ideias, que já eram senso-comum no alvorecer da República, prepararam o terreno para a obra "Casa-Grande & Senzala" (2003). Embora Freyre, ao utilizar o conceito de "equilíbrio de antagonismos", não tenha formulado clara e explicitamente o termo "democracia racial", seu maior mérito foi ter consolidado esse ideário, elevando-o à ideologia racial oficial do país no período varguista.

Essa leitura revisionista tratava a escravidão como um episódio civilizador por propiciar a miscigenação, omitindo a violência, a opressão e as resistências negras que corroíam o sistema. Essas distorções, construídas ideologicamente pela elite para maquiar a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos, buscavam legitimar uma falsa harmonia racial onde, na realidade, o negro era relegado a um papel secundário.

Formulamos, assim, a hipótese central: o discurso da ausência de racismo no Brasil persiste porque a representação racial é funcional à reprodução do capitalismo dependente, ocultando a exploração racial que sustenta a lucratividade da burguesia nacional e transnacional. Essa perspectiva de análise não está presente nos estudos que já se debruçaram sobre o tema, independente do viés metodológico, a questão racial só foi associada à uma perspectiva crítica de forma sistemática na obra moureana.

Após esta introdução, a segunda seção analisa a construção e a função ideológica do mito da democracia racial, mostrando como ele manteve as hierarquias raciais sob o disfarce da harmonia. O conceito de Freyre deu sustentação metodológica para legitimar uma narrativa de mestiçagem pacífica que encobria a brutalidade da escravidão e a exclusão do negro no pós-abolição.

2. O mito da “democracia racial”: construção e funcionalidade ideológica

O momento do pós-abolição foi decisivo para moldar as estruturas sociais e raciais do século XX. A elite branca monopolizou o debate sobre modernidade e cidadania, excluindo o povo negro e difundindo ideias de aculturação, acomodação e assimilação (MOURA, 2019). Assim, o racismo científico e o darwinismo social serviram de base para a representação racial brasileira.

Nesse contexto, Gilberto Freyre exerceu papel crucial. Seu conceito de “equilíbrio de antagonismos” e a figura do “senhor bondoso”

fundamentam a ideologia que sustentou o mito da democracia racial. Em sua interpretação, a escravidão brasileira teria sido mais “branda” e pautada por relações paternalistas, o que teria permitido uma convivência “harmônica” entre as raças. Essa leitura converteu violência em cordialidade e apagou a opressão estrutural.

Segundo Moura (2019, p. 42-43), o mito do senhor bondoso é uma tentativa deliberada de reinterpretar as contradições do escravismo como um simples episódio de intercâmbio cultural, preservando a imagem falsificada de harmonia entre exploradores e explorados. Freyre via o contato entre senhores e escravos como um processo de adaptação mútua, transformando antagonismo em um movimento social uniforme (FREYRE, 2003, p. 116). Essa leitura desloca a explicação histórica das contradições sociais para o plano subjetivo e cultural, negando o papel da luta de classes.

A crítica central à sociologia freyreana está em sua capacidade de perpetuar um mito que oculta as condições concretas de vida dos negros e legitima a desigualdade racial. A miscigenação, apresentada como símbolo de integração, resultou em grande parte de violência sexual e coerção. A suposta cordialidade das relações raciais ignora a exploração e o genocídio histórico, como demonstram Moura (2019) e Gonzalez (2020).

2.1 A “democracia racial” como falseamento da realidade

Clóvis Moura foi o principal estudioso que desconstruiu, a partir de elementos sociológicos robustos, o mito da democracia racial brasileira, configurando assim como um nome central da crítica à obra freyreana junto a outros autores relevantes que se firmaram no início do século XX, como Oracy Nogueira e Florestan Fernandes. Moura detalha como o falso consenso entre senhor e escravizado, criado por Freyre, teria fortalecido uma ideologia de branqueamento do país, ou seja, a tese freyreana inverte as relações sociais escravistas e, por conseguinte, cria uma falsa realidade racial brasileira onde o mecanismo de

barragem inexistente. Segundo o autor (MOURA, 2021, p. 108): “é a tese mitológica do bom senhor e do escravo conformado que, no fundo, forma uma unidade com a da democracia racial”.

Esse é o objetivo da construção ideológica do mito do bom senhor ou, como chama Moura (2021, p. 109), dessa “axiologia invertida”, ou seja, criar uma justificativa pseudocientífica, sociológica, do porquê da não existência das contradições raciais no Brasil. Ou seja, um “movimento ideológico geral” (MOURA, 1983, p. 125), feito na transição entre escravismo tardio e capitalismo dependente, de criar as representações do negro a partir dos elementos ideológicos herdados do sistema escravista.

O mito do bom senhor desenvolvido por Freyre visa a criação de argumentos que expliquem o suposto fato da escravidão ter sido mais branda no Brasil - em comparação a outros países das Américas - e o autor conclui esse pensamento pseudocientífico formulando a hipótese de nunca ter havido violência racial na formação histórica do país, portanto, não existiria uma herança de racismo oriunda da escravidão na sociedade de capitalismo dependente atual, segundo Moura (2021, p. 114, grifo nosso) “a persistência do mito do senhor bondoso que é ainda sustentado por diversos sociólogos é um **invólucro ideológico**”.

O objetivo das camadas dominantes estava posto: embranquecer o Brasil, apagar sua formação majoritariamente africana, ou como diz Gonzalez (2020, p. 131-132), produzir um “estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial [...] desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura”.

Desse modo, podemos entender que a lógica de funcionamento do racismo no Brasil é ocultada, tendo na sua superfície a ideia falsa da democracia racial, mas o que opera no interior é o projeto do eugenismo, da limpeza étnica, a negação da matriz africana do povo brasileiro, ou seja, sua identidade “amefricana” (GONZALEZ, 2020, p. 127). A pedra basilar desse projeto é o mito da democracia racial, ela é uma arma consciente da elite para minar e criminalizar a organização do

povo negro e impedir que qualquer mudança estrutural nas relações raciais e econômicas no país aconteça.

Portanto, na virada do século XIX para o XX, o consenso hegemônico constituído pelas classes dominantes e seus representantes na estrutura do Estado - a burguesia branca brasileira, a classe responsável pela tarefa de produção da ideologia dominante - produzem sua cultura do branqueamento, sua ideologia de falsa democracia racial, para reforçar, manter e ao mesmo tempo ocultar o racismo estrutural, criando assim uma hegemonia racista disfarçada de democracia miscigenada e consolidando tanto as bases da exploração econômica do povo negro e não branco quanto as contradições raciais e sociais na nossa sociedade, agora encobertas pela propaganda étnica do Brasil como um país de todas as raças (MOURA, 2019, p. 52-53).

Segundo Oliveira (2021, p. 136) a ideia da mestiçagem e o projeto de branqueamento do Brasil seriam o início da construção do mito da democracia racial, a origem do mito vem desse movimento ideológico geral que tinha por objetivo branquear a população - demograficamente e ideologicamente. Esse projeto é encabeçado pelas elites dominantes e financiado por elas, tendo como período central de influência na construção do sistema de valores nacional um intervalo de tempo que vai do Segundo Império, avança pela Primeira República e se instala oficialmente como política de Estado a partir da Era Vargas, tendo uma absorção por parte do governo das ideias freyreanas. Portanto, esse processo abarca todo o período de formação estrutural do capitalismo dependente brasileiro. As palavras de Gonzalez (2020, p. 128, grifo nosso) resumem o que afirmamos ao longo deste parágrafo: “Desnecessário dizer o quanto tudo isso - contradições raciais brasileiras - é **encoberto pelo véu ideológico do branqueamento**”.

Toda essa política que orientou a virada do período escravista tardio para o capitalismo dependente segue uma orientação que a elite branca dominante brasileira tinha em mente - usando as palavras de Clóvis Moura - “o Brasil teria de ser Branco e Capitalista” (2019, p.

109), ou então: “como vemos há um *continuum* nesse pensamento social da *inteligência* brasileira: **o país seria tanto mais civilizado quanto mais branqueado**” (MOURA, 2019, p. 49, grifo nosso).

A ideia de que o Brasil precisava desenvolver políticas de branqueamento reflete diretamente as ansiedades em torno de sua população majoritariamente negra, no contexto de um tipo específico de modernidade - branca e capitalista - e de progresso. A raça era um tema central nesse debate que, mais uma vez, era cooptado pelas camadas economicamente dominantes da sociedade brasileira de então. A necessidade de enfrentar a condição de negritude, revelam a profunda crença na inferioridade supostamente inerente da população negra, espelhando as ideologias racistas e o sistema de representação racial que permearam o desenvolvimento nacional nesse período.

Portanto, a política de branqueamento no Brasil, implementada pelo governo na transição do século XIX para o XX, emerge como uma estratégia voltada para a reconfiguração da identidade racial do país. Nesse contexto, o Brasil, caracterizado por uma população majoritariamente negra, enfrenta o desafio de integrar-se a uma concepção de modernidade que estava alicerçada em padrões eurocêntricos.

As elites brasileiras defendiam a ideia de que o desafio civilizacional da nação estava intrinsecamente ligado ao grau de branquitude de sua população, perpetuando a falsa noção de que a mistura de uma população branca e europeia junto à população negra brasileira seria fundamental para o progresso social e econômico, gerando, a longo prazo, um país majoritariamente branco, não só socialmente, como embranquecido e europeizado também nos seus hábitos culturais. Essa política, enraizada na ideologia colonial internalizada pelas elites, posicionava a raça como um problema a ser resolvido para a inserção do país na ordem mundial. A percepção da preponderância da população negra era vista como um obstáculo ao desenvolvimento nacional (OLIVEIRA, 2021).

Esse substrato ideológico, enraizado em preceitos do colonialismo, levava a um quadro em que a raça era vista como um problema

a ser resolvido (MOURA, 2019; OLIVEIRA, 2021). A assimilação de ideais europeus culminou em políticas que não apenas incentivaram a imigração europeia, mas também promoviam uma marginalização sistemática da população negra (MOURA, 2023, p. 80). As medidas estatais, portanto, não se restringiam a um mero incentivo à integração racial, mas implicavam uma operação mais cruel e silenciosa: a exclusão social e econômica dos negros e mulatos, resultando em condições de vida precárias e elevados índices de mortalidade. Esses mecanismos de seleção social historicamente alçados pelo Estado ampliado brasileiro foram nomeados por Clóvis Moura (2021) de mecanismos de “barragem”.

Enquanto as tensões raciais se tornavam cada vez maiores nas bases da sociedade, a elite intelectual construía uma retórica que sustentava a necessidade de um Brasil “novo”, marcado pela homogeneidade racial (MOURA, 2019, p. 80) e inspirado pelo conceito freyreano de “equilíbrio de antagonismos”, que seria o orientador epistemológico da formação social brasileira. Segundo Oliveira (2021, p. 142) o processo de branqueamento, ou miscigenador como quer dizer as elites, é na verdade um meio para impedir o negro de alcançar seu potencial libertador como classe social e política, além de um subterfúgio para manter o povo negro como elemento racial historicamente subjugado.

Esse anseio pela branquitude, alimentado por ideais elitistas, tinha um impacto profundo na estrutura de classes, mantendo grandes segmentos da população negra em condições de marginalidade e sujeição, enquanto as oportunidades sociais eram abertas cada vez mais, conforme avançava o projeto capitalista brasileiro. Assim, a política de branqueamento, não era apenas uma mera estratégia demográfica de povoamento do interior, como fez crer as elites, manifestou-se na verdade como uma ideologia que buscava proteger e perpetuar privilégios dessa mesma elite branca, que temia a verdadeira igualdade racial e social, e de trabalhadores europeus que eram absorvidos pelas vagas de emprego nas indústrias (MOURA, 2019).

O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes estudou largamente esse sistema sociorracial controverso e contraditório baseado ao mesmo tempo na propaganda - véu ideológico - da igualdade e da democracia racial mas que na realidade reservava ao povo negro os mecanismos de barragem que impossibilitaram os mesmos de acessarem as oportunidades do capitalismo dependente que se formava no país. Para Florestan, o mito da democracia racial foi cultivado pelas elites brancas ao longo de muitos anos, justamente a partir dos elementos ideológicos que dissertamos anteriormente, ou seja, do mito do bom senhor, da política de branqueamento e imigração europeia e da propaganda racial que cultuava a miscigenação brasileira, o resultado de toda essa representação racial será o mito da democracia racial (MOURA, 2023, p. 80-84).

As elites brasileiras utilizaram esse mito como um meio para evitar a confrontação com as duras realidades das relações raciais. Ele serviu para perpetuar uma consciência coletiva distorcida, ocultando a profunda desigualdade econômica, social e política entre brancos e negros. Em essência, o mito funcionou multiplicando racionalizações que deslocavam a responsabilidade dos problemas sociais da elite dominante para as próprias vítimas da discriminação racial. Assim, o negro era considerado responsável por suas condições precárias, enquanto os brancos eram moralmente eximidos de qualquer dever social em relação aos efeitos históricos da escravidão e da marginalização (FERNANDES, 2008).

Além disso, esse mito facilitou a criação de percepções falsas sobre a igualdade racial no Brasil (FERNANDES, 2008; MOURA, 2019). A noção de que não existem distinções raciais ou que as oportunidades são iguais para todos foi promovida para mascarar a realidade das relações de poder. Tal ideia era reforçada pelo processo de aculturação, que misturava elementos culturais afro-brasileiros com a cultura dominante, criando uma aparência superficial de integração sem, no entanto, alterar a estrutura fundamental de desigualdade social.

O mito manteve-se como uma poderosa barreira contra o avanço social do negro, sustentando a hegemonia da raça branca e minando a implementação de reformas substantivas, segundo Florestan Fernandes (2008, p. 327) o mito foi “construído e utilizado para reduzir ao mínimo tal dinamização, o referido mito se converteu numa formidável barreira ao progresso e à autonomia do negro”. Ele serviu, assim, para preservar o status quo racial do momento transitório entre o escravismo tardio e o capitalismo dependente, oferecendo ao mundo uma imagem fictícia de harmonia racial brasileira e interditando uma real transformação social. Em suma, a democracia racial brasileira não passava de uma fachada conveniente, desprovida de um autêntico potencial democratizador para os direitos e garantias sociais da população negra (FERNANDES, 2008; MOURA, 2019).

Por meio dessa construção simbólica - ideológica - a elite conseguiu manter a hegemonia da classe dominante e o sistema de hierarquias raciais brasileiro, blindando-se de críticas e resistências provenientes dos grupos historicamente subalternizados. Assim, o mito da democracia racial se consolidou como uma estratégia ideológica eficaz para preservar privilégios e evitar mudanças que poderiam ameaçar o nascente modo de produção capitalista brasileiro, calcado na exploração racial e na dependência econômica. Essa construção ilusória, em última análise, reflete uma tentativa de legitimar uma sociedade que, na prática, continua a lidar com profundas desigualdades raciais.

Toda essa representação racial, que ficou conhecida pelo movimento social negro a partir da segunda metade do século XX como mito da democracia racial, essa ideologia encobre uma realidade material concreta de exclusão e exploração material do negro e, ao mesmo tempo, inverte a realidade racial brasileira e cria uma falsa teoria de convívio racial pacífico, essa exploração racial que está por detrás do véu ideológico é um pilar fundamental para a manutenção do capitalismo dependente brasileiro. Segundo Fernandes (2008, p. 312, grifo nosso) “O mito também concorreu para difundir e generalizar a

consciência falsa da realidade racial suscitando todo um elenco de convicções etnocêntricas”.

O mito da democracia racial brasileira é um exemplo de como a representação atua invertendo a realidade das relações sociais de produção, que são de fato racistas e exploratórias, ou seja, como dissemos acima, a função do mito é criar um discurso ideológico que acoberta uma realidade concreta onde as relações sociais são baseadas na discriminação racial - superexploração da mão de obra negra, dependência e sistema de barragem na competição; a função desse sistema ideológico é impedir que a sociedade tome ciência dessas relações concretas e dessa forma interditar a organização política e revolucionária do movimento negro contra todo o sistema de representações raciais e de barragens, ou contra o racismo brasileiro.

Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2020, p. 33) afirma que a articulação do mito da democracia racial juntamente à política - e a ideologia - de branqueamento geram efeitos práticos que vão influenciar na psique do povo negro, que irá absorver a contradição em seu nível mental e irá se posicionar conforme a burguesia branca estipulou em seus objetivos no momento da elaboração do projeto de extermínio. Ou seja, a operação do sistema de representação racial brasileiro na realidade concreta nacional irá produzir um efeito perverso na mentalidade social do povo negro, que irá enxergar a si próprio e sua herança cultural como problemáticas e as culpadas pela sua situação social concreta, reproduzindo então o discurso ideológico da elite, discurso esse que propaga que o negro é inferior e, portanto, culpado pela posição social que ocupa.

Porém, o movimento negro brasileiro que se formou ao longo do século XX foi muito mais forte do que esse sistema de representações raciais e desenvolveu uma tática de luta social para desvendar tanto o mito do bom senhor quanto o da democracia racial brasileira, formando o que Florestan Fernandes (2008) chama de contra-ideologia racial. O século XX testemunhou uma verdadeira guerra ideológica entre o movimento negro brasileiro e a elite burguesa branca no sentido de

que uma necessitava desconstruir o mito racista e a outra conservar a situação ideológica e de exploração racial.

Portanto, podemos averiguar que o racismo no Brasil atua simultaneamente em dois níveis, um primeiro ideológico, onde é reproduzido um discurso de inexistência de contradições raciais no país e que vende o Brasil como exemplo maior de convívio pacífico entre as raças, um país miscigenado e sem questões raciais históricas a serem resolvidas, um discurso que está do avesso em relação ao que se percebe na materialidade concreta da sociedade brasileira. O segundo nível, esse sim concreto, está entremeado nas relações entre as classes sociais, esse nível de atuação material do racismo se formou na transição entre o escravismo tardio e o capitalismo dependente e moldou as estruturas da dinâmica de classes brasileira no período republicano.

Importante ressaltar que para o pleno funcionamento da ideologia racista e do sistema de representação racial, esses dois níveis devem estar articulados em conjunto, um sustentando o outro. No nível concreto, o modo de produção, exploração do trabalho negro e extração e acumulação de valor deve estar amparado no sistema de barragens praticado no momento da circulação do valor, é nesse momento que o negro é excluído do usufruto do produto do seu trabalho, mantendo os privilégios da classe dominante assim como foi no período escravista. Em contrapartida o sistema ideológico de representação deve estar ativo para ocultar toda essa estrutura e fazer crer que esse é um sistema justo, racional e natural.

No caso brasileiro, esse sistema de representação racial funcionará, então, para reprodução do capitalismo de caráter dependente e racializado - formação social específica do país - e terá como mecanismo central, como dissemos, a carga de barragem permanente. Moura, em seu estudo *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (2021), produz uma análise que explora a transição do negro na sociedade brasileira da condição de escravo para a de cidadão marginalizado, a obra reflete uma abordagem crítica do autor, destacando como as estruturas

socioeconômicas e as representações raciais no Brasil pós-abolição contribuíram para esse persistente processo de marginalização.

O conceito de barragem, estudado amplamente por Moura (2021), analisa a manifestação da representação racial nas práticas sociais brasileiras contemporâneas, ou seja, como essa ideologia se materializa nos mecanismos de interdição do negro quando esse almeja sua inserção nas relações de troca capitalistas. Como dissemos acima, esse fenômeno é fruto de um processo originado na substituição da mão de obra escrava pela imigrante, processo que se iniciou antes da abolição, e que após 1888 resultou na abolição incompleta, fenômeno que tem como um de seus principais aspectos a libertação do negro sem prepará-lo para a competição com o imigrante no capitalismo.

A discriminação, portanto, irá funcionar, ao longo de todo o século XX operando de maneira velada, mascarada, através de uma ideologia subjacente que perpetua estereótipos negativos acerca de cidadãos negros. Essa ideologia apresenta paradoxalmente o indivíduo negro como um cidadão que, supostamente por falta de mérito próprio, não conseguiu ascender na escala social. É crucial compreender que tais concepções não são expressas de forma deliberada ou manifestas através de uma ideologia racista formal e admitida, pelo contrário, elas são mantidas por interesses que desejam preservar uma aparência de igualdade no mercado de trabalho, onde todos, em tese, teriam livre acesso para comercializar sua força de trabalho. Opera, portanto, dentro da lógica de funcionamento do modo de representação racial, esses dois sistemas são complementares e atendem a um mesmo objetivo: manter o povo negro subjugado socialmente.

Assim, o discurso racial se apresenta como democrático mas na prática funciona através da barragem. A ideia de uma “democracia racial” vigente é constantemente usada, como vimos acima, para sustentar essa falácia da ausência do racismo no Brasil e mascarar a realidade de barragens, alegando que a sociedade oferece as oportunidades necessárias para que todos alcancem o sucesso, portanto o fracasso do negro é culpa dele próprio, não de toda uma estrutura assentada

em um processo histórico discriminador e oriundo de um período de transição sem mudança entre o escravismo e o capitalismo dependente que manteve os mecanismos de seleção raciais ativos. Assim, ao operar o acesso às oportunidades sociais e econômicas através do filtro da barragem, a burguesia branca brasileira reforça uma falsa narrativa de incapacidade ou falta de esforço pessoal entre os negros, ignorando o contexto de desigualdade estrutural.

Moura (2021) descreve como a discriminação contra os negros é mascarada por uma ideologia que os apresenta como cidadãos inferiores devido à sua suposta incapacidade de ascender socialmente, essa ideologia racista é sutil, mas eficaz em manter as desigualdades raciais. A barragem é a expressão concreta do racismo na sociedade brasileira, ela se manifesta através de práticas discriminatórias que limitam o acesso dos negros a oportunidades econômicas, educacionais e sociais, e isso inclui discriminação no mercado de trabalho, na educação, no acesso a bens e serviços públicos e na representação na mídia e na política.

Ao impedir que os negros acessem plenamente as oportunidades econômicas e sociais abertas pela sociedade liberal, a barragem perpetua uma estrutura de desigualdade herdada do período escravista. Os negros permanecem em posições de menor poder econômico e social, o que reforça estereótipos raciais e retroalimenta o discurso discriminatório e todo o sistema de representação racial brasileiro. Moura (2021, p. 53) explica como os ex-escravos foram estruturalmente posicionados nas camadas mais baixas da sociedade e excluídos, de forma proposital pelas elites, do novo tipo de trabalho que surgia com o desenvolvimento industrial.

O sistema de barragens opera, assim, articulando todo o sistema de representação racial que vimos acima, derivando em uma ideologia secundária que Clóvis Moura (2021, p. 58) chama de “ideologia de barragem”, junto à materialidade da opressão racial, que se expressa socialmente nas práticas de seleção e peneiramento que são impostas ao povo negro, ou seja, aos mecanismos de barragens, é somada uma

brutal exploração do trabalho negro na base da sociedade. Isso é vantajoso para o capital, pois permite a exploração de trabalho a baixo custo, mantendo os salários reais baixos e aumentando os lucros. Segundo Moura (2021, p. 55): “O que existe é a mão de obra excedente que flutua permanentemente [...] a mão de obra excedente, numa sociedade competitiva, tende a se marginalizar”.

O sistema de barragem também atua para dividir a classe trabalhadora ao longo de linhas raciais, isso enfraquece a solidariedade de classe e impede a união dos trabalhadores em lutas comuns contra a exploração capitalista. Ao criar uma narrativa que culpa os próprios negros por sua marginalização, a burguesia legitima as desigualdades existentes no sistema capitalista desviando assim a atenção das causas estruturais da desigualdade e mantém o foco em “soluções” individuais, como a educação e o esforço pessoal, em vez de mudanças sistêmicas e que atinjam a estrutura do sistema (MOURA, 2021, p. 62-63), promovendo uma alternativa neoliberal e extremamente individualista, onde o discurso meritocrático prevalece.

O funcionamento dessa estrutura ideológica e sua atuação, através das práticas sociais concretas, criam a imagem do negro como “mau cidadão” por supostamente não ter se encaixado à lógica da modernidade brasileira. Estes trechos detalham como o preconceito racial se manifesta em vários aspectos da vida social brasileira, restringindo as oportunidades aos negros e pardos e perpetuando a imagem do negro como um “mau cidadão”, demonstrando assim como a situação estrutural e a ideologia de barragem se retroalimentam no Brasil (MOURA, 2021, p. 60-61).

A representação racial e os mecanismos de barragens atuantes na sociedade brasileira, portanto, podem ser entendidos como uma expressão contemporânea e específica do racismo como “arma ideológica de dominação” (MOURA, 1983, p. 125). Ela engloba as dinâmicas de poder, exploração econômica, divisão social e construção ideológica que Moura destaca em sua análise do racismo, adaptando-as ao contexto específico do Brasil moderno, ela é um mecanismo crucial na

manutenção do racismo estrutural no Brasil e do modo de produção capitalista local.

Nesse sentido, no capitalismo dependente nacional, calcado na superexploração e na concentração dos meios de produção pela burguesia branca, a discriminação se dá de forma concreta, não imaginária, a representação tem como função legitimar a exploração e reproduzi-la, ocultando a realidade de barragem e extração brutal do mais valor oriundo do trabalho negro, por isso ela se espraia por todos os setores da sociabilidade, não apenas no cultural, mas principalmente nas relações de produção e circulação de mercadorias.

3. Considerações finais

A análise histórica revela que o racismo no Brasil é uma engrenagem central do capitalismo dependente, e não um resquício do passado colonial. O conceito de sistema de barragem, de Clóvis Moura (2021), mostra como o racismo estrutural se articula a economia para manter a exclusão social do negro. Ao dividir a classe trabalhadora e preservar uma reserva de mão de obra barata, a ideologia racista garante a reprodução das desigualdades.

A transição do escravismo ao capitalismo dependente manteve intactas as estruturas de poder da elite branca. O mito da democracia racial foi o principal instrumento ideológico dessa continuidade. Sob o discurso de harmonia e miscigenação, ocultou-se a exploração e o extermínio simbólico da cultura africana no Brasil.

A ideologia freyreana, ao minimizar a violência e exaltar a mestiçagem, forneceu um intrincado combustível teórico para o projeto de branqueamento. Essa representação idealizada da sociedade brasileira serviu à elite como justificativa para perpetuar o racismo estrutural, negando a existência de contradições raciais e interditando as lutas por igualdade.

O mito da democracia racial, portanto, é mais que uma falsificação histórica, ele representa um mecanismo de manutenção do capi-

talismo racializado. Ele racionaliza a desigualdade, desloca a responsabilidade social para o indivíduo e encobre a exploração do trabalho negro.

Ao afirmar a inexistência de racismo, a burguesia nacional construiu um véu ideológico que sustenta a hegemonia branca. Sob essa aparência de harmonia, perpetuam-se as práticas de exclusão e marginalização. Assim, a ideologia racial brasileira não apenas legitima o passado escravista, mas o atualiza continuamente dentro da lógica do capital.

A desestruturação desse sistema exige compreender o racismo não como moralidade, mas como estrutura. A superação das barreiras materiais e simbólicas impostas ao povo negro passa pela destruição das bases do capitalismo dependente que as sustentam. Enquanto a representação racial seguir encobrindo a realidade da exploração, o Brasil permanecerá reproduzindo o mesmo mito, o de uma democracia racial que nunca existiu.

Referências

- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MOURA, Clóvis. "Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo". *Afro-Ásia*, Salvador: Universidade Federal da Bahia, n. 14, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 23 out 2025.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Editora Dandara, 2023.

OLIVEIRA, Dennis. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Editora Dandara, 2021.